

ORALIDADE E LITERATURA ORAL NAS TRADIÇÕES AFRICANAS E AFROBRASILEIRAS COMO ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS E MANUTENÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA

Edésio Conceição Nascimento ¹

RESUMO

A diáspora poderia revelar-se um processo mais destruidor na história e na cultura do povo africano no Brasil, assim como a invasão europeia provocou para os povos originários, se não fosse pelo trabalho desenvolvido pelos seus próprios descendentes e nesse contexto, a manutenção da memória coletiva através da oralidade foi uma estratégia que garantiu as suas existências. Este trabalho apresenta ideias dicotômicas da literatura e foca na necessidade da preservação da história e cultura afrobrasileira e dos primeiros habitantes dessa terra, além de preocupar-se em promover uma reflexão acerca da importância da oralidade e da literatura oral neste processo, principalmente no âmbito pedagógico e mais especificamente na construção de uma educação afrocentrada, uma vez que variadas estratégias de apagamento da cultura e da identidade africana no Brasil foram empreendidas. Foi desenvolvido a partir de uma leitura da realidade e amparada metodologicamente numa revisão crítica bibliográfica, para a compreensão de conceitos como oralidade, literatura escrita e oral, cultura e memória, assim como os sujeitos que trabalham na preservação destas. Como aportes jurídicos e teóricos, este estudo foi realizado a partir da colaboração das próprias leis nº 10.649 de 2003 e 11.645, de 2008, que tratam da obrigatoriedade nas instituições de ensino, das temáticas afrobrasileira e indígena, respectivamente, assim como as ideias de Rafael Sanzio dos Anjos, Maurice Halbwachs, Ieda Pessoa de Castro, Walter Ong, Zilá Bernd, Florentina Souza entre outros. Como resultado, apresenta uma contextualização de práticas de vivência tendo a oralidade e a literatura oral como aportes pedagógicos estratégicos a partir das instituições de ensino, para a manutenção da memória e da cultura afrobrasileira especificamente nas comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Educação, Currículo, Oralidade, Diáspora, Comunidades tradicionais.

INTRODUÇÃO

As ideias consideradas clássicas a respeito da literatura, do ponto de vista da beleza, promoveram a difusão do pensamento elitista de forma a restringir certo grupo - o que tinha acesso aos livros e à leitura, explicando o processo pelo qual se deu a organização literária no Brasil. Por mais que a literatura tenha um reconhecimento e difusão como forma de dar prazer às classes privilegiadas economicamente, dando vazão cada vez mais à prática da escrita, algumas obras ainda estão presentes no imaginário do povo, atravessando as barreiras do tempo e da sociedade, promovendo o prazer de contar, cantar, ouvir e viver a história.

O presente artigo tem o objetivo de provocar reflexões sobre o papel da oralidade e da literatura oral na formação e manutenção das tradições, especificamente africanas e

¹ Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pelo programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (POSAFRO) da Universidade Federal da Bahia - UFBA, delkm503@gmail.com;

afrobrasileiras e sua importância para o estabelecimento da memória coletiva. Metodologicamente, assenta-se sobre uma pesquisa bibliográfica, com análise crítica acerca da temática.

Assim, enquanto objetos de discussão deste estudo, buscar-se analisar conceitos, diferenças e semelhanças entre oralidade e literatura oral. Além disso, pretende-se, refletir sobre a forma com as quais estes conceitos são processados considerando a dinâmica das sociedades e principalmente o uso delas na constituição dos saberes das comunidades tradicionais tanto dos povos originários do Brasil, quanto dos afrobrasileiros.

Pensar em oralidade e literatura oral pressupõe discutir as ideias inerentes às comunidades étnicas e tradicionais que, em seus contextos, se caracterizam pelo compartilhamento de um território e uma identidade coletiva. Essas características são baseadas nos elementos culturais, linguísticos, históricos e simbólicos.

As comunidades de territórios étnicos de origem africana no Brasil são, de modo geral, caracterizadas pelos remanescentes dos antigos quilombos, hoje entendidos também como comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombos. Essas comunidades, de acordo com Anjos (2009), formam um patrimônio presente no território brasileiro que por muito tempo não puderam contar com apoio de políticas públicas que objetivavam a sua valorização e manutenção.

As comunidades que compõem este vasto território étnico presente no Brasil, em se tratando das que descendem de africanos, são verdadeiras versões da África fora dela, porque subsistem com suas tradições trazidas das suas origens no processo diaspórico. Neste ínterim, a oralidade é parte dessas tradições e mantém viva a África em cada grupo que sobreviveu no Brasil.

A respeito disso, Anjos complementa que

Muitas dessas comunidades mantêm ainda tradições e tecnologias que seus antepassados trouxeram da África, como a agricultura, a medicina, a religião, a mineração, as técnicas de arquitetura e construção, o artesanato e utensílios de cerâmica e palha, os dialetos, a relação sagrada com o território, a culinária, a relação comunitária de uso da terra, dentre outras formas de expressão cultural e de técnicas de referência tropical (Anjos, 2006, p. 347).

Portanto, esses atuais territórios são os principais responsáveis pela manutenção dessas tradições, mesmo diante dos desafios contemporâneos que lhes são impostos. Dentre essas comunidades e desafios, destacam-se as formadas pelos povos de terreiro que lutam

diuturnamente contra séculos de intolerância e pelo seu reconhecimento enquanto espaços guardiões da cultura e da religiosidade tendo África enquanto matriz.

A ORALIDADE PRECEDE A ESCRITA

O ato de contar e ouvir histórias, que se diferencia da outra literatura pelo simples fato desta ter suas bases na prática da escrita e consequentemente da leitura, tem o seu processo de negação no momento em que se observam as suas origens. O contexto espacial foi, para a hegemonia europeia, preponderante para designar o nível de importância que estas práticas tradicionais teriam no processo histórico e de construção do conhecimento.

A prática de estabelecer a escrita enquanto fim de registro histórico, assim como formas de manutenção de veracidade dos contos, lendas e tradições de um povo, foi herdada pelos europeus nas suas andanças e conquistas pelo mundo. Por outro lado, as tradições africanas, por exemplo, como forma de manter viva a história dos seus povos através da oralidade, assim como as práticas de Homero ao contar histórias que explicam as origens das coisas, das pessoas e dos deuses, encontram-se como um processo improvável, visto que ao longo da história da humanidade, a legitimação da verdade está no ato de escrever, isto é, registrar a história.

O contingente de leitores na Europa teve seu crescimento no final do século XVIII, por conta do próprio crescimento da alfabetização enquanto que no Brasil, esse processo tem início no século XX com a disseminação da produção literária, justamente por conta do aumento da população urbana e alfabetizada. Esse processo de aquisição da leitura de obras literárias se deu, não apenas por conta de status e entretenimento, mas também como forma de representação de povos, línguas, ideias e identidades.

Assim, ao se tratar de questões inerentes à produção literária, principalmente no concernente à brasileira, é importante considerar o processo de aquisição da leitura no âmbito das representações identitárias que tiveram a sua valorização nas classes elitistas, promovendo entre os que produziam, uma espécie de canonização dos fazeres literários. Neste ínterim, é necessário entender que o fazer literário é hegemonicamente elitista e refere-se à escrita, além de ser unilateral e tecnologizado, excetuando-se a prática da oralidade.

O texto básico da Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, resultante da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em Paris, no período de 29 de setembro a 17 de outubro de 2003, na sua 32ª sessão, incluiu, no Artigo 2º a) as “tradições e expressões orais, incluindo a língua como veículo do patrimônio cultural imaterial” (UNESCO, 2003, p. 5), como parte

integrante das definições e discussões da convenção. Este fato garante que essas expressões sejam salvaguardadas e valorizadas no contexto das identidades culturais que ainda segundo o documento, são símbolos da história e da cultura das comunidades, o que lhes garante respeito por sua diversidade.

Na concepção de Ong (1982), oralidade, diferente do que se pensa, não significa a inexistência da escrita. Muito pelo contrário, ela precede a escrita considerando fatores como tempo e espaço e por esse motivo, a conceitua de duas formas: a oralidade primária e a secundária. De acordo com as suas ideias, a oralidade primária é estabelecida pela falta de conhecimento obtido a partir da escrita e da impressão. As comunidades primitivas, por exemplo, assim como as atuais comunidades tradicionais têm nos seus costumes a prática da formação a partir da oralidade, como as bases para o estabelecimento da memória.

Essa ideia de oralidade caracteriza-se pelo fato do pensamento e da expressão estarem conectados ao mundo vital, pelo teor comunitário, conservador e tradicional da linguagem, assim como o uso da repetição para garantir a memorização. O que é considerado erro na língua escrita, como a redundância, por exemplo, faz-se necessário na oralidade primária para que aquele que ouve esteja sintonizado com aquele que fala, principalmente nas recitações de provérbios e reproduções de lendas e mitos, estabelecendo assim comunicação e aprendizagem.

Por outro lado, a oralidade secundária, ainda segundo Ong (1982), assemelha-se ao primeiro conceito pelo uso da linguagem oral e seu senso de imediatismo, mas é fundamentalmente diferente pelo fato de estar atrelada à existência da escrita e da impressão. É ainda segundo o autor, a oralidade na atual era tecnológica: da televisão, do rádio, da internet.

A tradição oral, forma vivencial de manutenção de um povo, uma língua, um costume a partir do ato de contar histórias, é a grande escola africana. Ao analisar tais costumes – de contar e ouvir histórias - percebe-se que a atitude de quem as conta não está isolada da vida cotidiana ou da vida passada.

Da mesma forma, quem tem acesso a estas histórias, não as ouve apenas para o entretenimento, para o prazer, mas principalmente para edificar, a partir daquele momento, uma vida alicerçada nas boas práticas dos seus antepassados. Concebe-se aí, uma forma de estabelecer a vida, tendo como parâmetro a prática do falar com o fim de ensinar; e ouvir com o fim de aprender, mas para a vida inteira.

No processo de formação da literatura africana, cujas bases estão nas explicações sobre a gênese do mundo, não foi necessário que uma pessoa escrevesse a história para que as gerações vindouras as conservassem, como pode-se perceber, nas milenares escrituras judaico-cristãs e muçulmanas. A preocupação das práticas africanas esteve sempre presente na

manutenção das formas mais simples de promover a vida e assim, observando a natureza, por exemplo, aprende-se contando e ouvindo histórias. Por isso, “nas culturas africanas, tudo é ‘História’. A grande história da vida compreende a História da terra e das águas, a História dos vegetais e farmacopeia, a História dos astros, a História das águas e assim por diante” (Souza e Nazaré, 2006, p. 79).

Enquanto que as civilizações ocidentais partem dos pressupostos de que a análise histórica deve atender aos requisitos da investigação, as tradições africanas buscam explicar as origens a partir daquilo que é inerente à vida. Quando as autoras dizem que “A grande história da vida compreende a História da terra e das águas” (Souza e Nazaré, 2006, p. 79), entende-se assim, a ideia simbólica das intermináveis investigações científicas sobre a origem do universo, da Terra e dos seres vivos.

Entretanto, o mundo ocidental se preocupou com a veracidade da história tendo os documentos como fontes infalíveis dessas análises, ao tempo em que a África sobrevive com suas também infalíveis formas de manter viva a história contada há milhares de anos. O fato de não ter a escrita enquanto linguagem que legitime esta história não significa que a própria África não a tenha legitimado.

Nesta forma de promover literatura, mesmo que desacreditada pelos mantenedores dos cânones, a tradição africana estabeleceu a figura do *Velho Griô* ou *Griot*. Este se trata de um ancião, que tem toda uma bagagem vivencial. É um contador de histórias. É um mestre, um iniciador de crianças desde jovem até a vida adulta, assim como também iniciador do adulto.

O griô é enfim, uma pessoa que pode ser o líder de uma comunidade, porém com o conhecimento necessário para promover a continuidade dos saberes e fazeres dos seus membros. A palavra proferida por ele vale a manutenção de uma geração.

Neste contexto,

o griô se baseia na tradição oral para a transmissão de vivências e saberes culturais de uma comunidade. O mestre griô é reconhecido por, coletivamente, transmitir ensinamentos de geração em geração, com uma identidade própria de um povo, e inclusive com uma potência expressiva pedagógica em tais ensinamentos (Nunes, 2018)

É na figura do Griô que se encontra um leque de sabedorias por conta da sua vivência, capaz de formar nos moldes das tradições pertinentes àquela comunidade, novas gerações que apesar dos processos tecnológicos que cercam a sociedade, mantém viva a tradição de falar aos seus, tendo como referência aquele que lhe ensinou. Em muitas comunidades africanas, ainda segundo Souza e Nazaré (2006), alguns homens de até 42 anos de idade, permaneciam calados na chamada “escola da vida” e não tinham direito à proferir uma palavra sequer nas assembleias,

salvo em momentos de extrema necessidade e quando fossem incitados a falar. “Seu dever era ficar ouvindo, aprofundando os ensinamentos recebidos, até se tornar um mestre, para devolver à comunidade a educação recebida, sem se afastar dos mais velhos com quem continuaria aprendendo” (Souza e Nazaré, 2006, p. 79).

As histórias são contadas de forma a promover a manutenção da vida com sabedoria. Não existe limite de contação, pois elas podem ser recontadas quantas vezes se fizerem necessárias para a formação de uma criança, jovem ou adulto.

Elas se estabelecem na memória da pessoa como uma espécie de mapa que o conduz nas suas possibilidades de vivências de forma que se faça valer a liberdade de ação, mas também que este entenda que tudo o que acontece com ele, é um reflexo de suas ações. Este fator explica o sábio provérbio iorubano: “*quando morre um velho é como se uma biblioteca inteira fosse incendiada*” (Hampâté Bâ)², amplamente usada nos debates sobre preservação do patrimônio imaterial.

Neste íterim, a concepção de uma literatura que se configura enquanto mantenedora de um modo de vida, de línguas, de tradições, pode e deve ser entendida como importante dentro de uma sociedade, haja vista a sua particularidade e singularidade, além das suas fontes, que são de certa forma, inegáveis em se tratando de produção humana.

Um dos mais prestigiados, no que se refere à reelaboração das referências tradicionais da África é Deoscóredes Maximiliano dos Santos, conhecido como Mestre Didi³. Em sua concepção as artes não se separam e, desse modo, a literatura oral, a religiosidade, a mitologia dos orixás e a escultura se expressam de forma a reestruturar o imaginário africano no Brasil, ou seja, na cultura afro brasileira.

Por conta das suas vivências, há uma significativa aproximação da figura do griot com o Mestre Didi, quando este produz a obra *Contos negros da Bahia* e *Contos Nagô* (2003). Percebe-se que no cruzamento das duas obras, dois mundos se entrecruzam: a África e o Brasil, logo, a origem e o destino diaspórico.

Mestre Didi em suas estórias contadas numa obra literária escrita retoma a narrativa do mito, na sua essencialidade, isto é, ensina a origem a partir da origem, desenvolvendo ao mesmo tempo em que busca munir o leitor de um prazer pelo que lê, a percepção de um fazer

² Escritor, historiador, etnólogo e diplomata nascido no Mali em 1901, foi reconhecido como uma das figuras da literatura e da cultura africana no século XX. Faleceu em 1991 e ficou conhecido como o maior defensor da manutenção das tradições orais africanas.

³ Baiano de Salvador (1917-2013), foi um renomado artista plástico, escritor e sacerdote afro-brasileiro. Forte influenciador na preservação da cultura de matriz africana no Brasil, em especial das tradições orais.

pedagógico, próprio do contador de histórias tradicional no continente africano, ou griot, que é ensinar por meio da narração dos mitos e da vida dos antepassados. Um conto que ilustra o papel de Mestre Didi enquanto figura griot na Bahia é “Ossain”.

Desse modo, não se pode associar as práticas griôs às tecnologias escritas e impressas, salvo na necessidade do registro da história para fins informacionais e didáticos, como o caso da obra supracitada e deste trabalho em específico, para que não haja a perda da originalidade e inclusive dos recursos que só a oralidade oferece. A performance que é exercida no ato de contar a história, por exemplo, assim como os diversos conectivos linguísticos e estratégias que são inerentes àquelas práticas orais, torna mais estreito o caminho entre o ato de contar histórias e seus objetivos.

A NEGAÇÃO EM VIA DE MÃO-DUPLA: AFROBRASILEIROS E OS POVOS ORIGINÁRIOS NOS ESCANTEIOS.

A negação da literatura africana no Brasil tem suas origens na própria história do negro no Brasil. Ao se negar a veracidade histórica das tradições orais africanas, que aportaram no litoral brasileiro junto com a diáspora, se nega também todo contexto social e cultural proveniente da tradição destes povos. “Essa tradição milenar de textos orais floresceu no Brasil colonial nas vozes das mulheres negras propagando, desdobrando e reinterpretando contos, cânticos e poesias africanas e portuguesas” (Castro, 2008, p.16).

Não se poderia esperar que os autores negros lançassem mão da arte de escrever, não como forma de promover a desvalorização do aspecto oral, mas como possibilidade de dar visibilidade a estas tradições, mesmo sabendo da importância dos saberes tradicionais afro-brasileiros na manutenção da própria África no Brasil.

Existe hoje a possibilidade de ler histórias uma vez contadas pelos grandes mestres da literatura oral africana, apesar destes autores contemporâneos ainda não estarem presentes nos espaços que por muito tempo foram destinados aos cânones.

Para a sociedade elitizada brasileira, é prazeroso ler o que escrevem sobre o negro. Afinal, os textos que levaram muitas gerações a estabelecer as fronteiras do preconceito partem justamente da sociedade do século XVIII, onde no Brasil era necessário o surgimento da figura do herói e este, não deveria ser o escravo, mas o senhor daquele escravo. Logo, a literatura deveria se incumbir de dar uma cara a esse negro que aparecia, porém tal qual ele deveria ser visto por todas as gerações.

Como resultado desse processo de negação de uma raça que não teve a oportunidade de ter ao menos ecoada, a sua voz na literatura, pode-se perceber nas manifestações artísticas, tanto eruditas quanto de massa, a presença de uma imagem estereotipada do negro. Um dos exemplos mais clássicos disso é a forma com a qual personagens negros aparecem nas histórias de Monteiro Lobato, em especial “O Sítio do Pica-Pau Amarelo”.

Caminhando paralelamente à situação do afrobrasileiro, estão os povos originários. Estes que também tiveram nas suas origens a prática das tradições orais como forma de explicar o movimento da natureza e da vida, veem-se abrigados a estabelecer seu ponto de convergência com a grande literatura, apesar de ser um símbolo do nacionalismo brasileiro, nas obras de escritores considerados consagrados.

Os povos originários, pejorativamente tratados como indígenas foram, em muitos aspectos, a principal justificativa para o uso dos termos que explicam a representação simbólica do Brasil e segundo Bernd (2003), teve a sua figura presente na literatura para ocultar a problemática da negritude, mais especificamente nas obras de Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

Neste sentido, Bernd (2003), aponta que o escritor Basílio da Gama foi o principal “iniciador do processo romântico de fazer o índio nosso antepassado simbólico, que vai justificar tanto a mestiçagem quanto o nativismo, servindo ainda para ocultar o problema do negro” (Bernd, 2003, p.47).

Nesse sentido, Pinho (2008) é mais enfático quando faz uma crítica ao fato da literatura se apoderar dos ideais sobre a figura dos povos originários. “O índio brasileiro é o produto mais lucrativo que a literatura brasileira já inventou” (Pinho, 2008, p. 37). Para ele, no momento em que a literatura firmou a figura do indígena como “herói do Brasil”, sendo apresentado de forma prestigiada nas principais obras do romantismo brasileiro, a intenção não foi apresentar ao mundo através da literatura o que realmente eram os povos originários, mas criar um estereótipo desses povos de modo que a terra fosse valorizada.

Porém, em todo esse processo de construção do novo índio enquanto figura nacional, não se levou em conta os seus saberes e fazeres para a manutenção da sua história. As possibilidades da oralidade que eram também atribuídas aos indígenas não foram reconhecidas. Hoje, poucos são os escritores de origem indígena conhecidos no universo da literatura oficial brasileira.

A tradição oral tem papel importante na preservação da memória coletiva. (Mattoso, 1997, apud Esval et al., 2022), diz que essa memória tem fundamento na reconstrução do imaginário, o que pode diretamente influenciar comportamentos de membros de uma

comunidade que tem na tradição a sua forma de viver, promovendo assim, a conservação da memória.

Neste contexto, Halbwachs (1990), parte para a ideia da existência de distintas referências de memórias. A coletiva é a principal responsável pela garantia do sentimento de pertencimento na sociedade. Dessa forma, pode-se afirmar que o processo de construção da coletividade tem papel significativo na preservação das tradições, sendo as de religiões de matriz africana um exemplo claro de comunidades que buscam manter essas tradições.

Desse modo, dois instrumentos jurídicos surgem enquanto conquista das populações afrobrasileiras e dos povos originários como garantia de seus direitos históricos e culturais no âmbito educacional. A Lei 10.645 de 09 de janeiro de 2003, garante a obrigatoriedade das temáticas relacionadas à história e cultura africana e afrobrasileira nos currículos da educação básica, sendo ampliada em 2008, para contemplar também os povos originários, com a promulgação da lei 11.645, no dia 10 de março.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O pensamento sobre a oralidade e seus objetivos na formação da comunidade está intrinsecamente ligado à ideia de memória coletiva. Os aspectos linguísticos e estratégias utilizados pelos mestres que compõem e de certa forma mantêm as comunidades tradicionais, como forma de resistência, explicam por si só a existência dessas comunidades.

Desse modo, não basta apenas que essas comunidades trabalhem nesse processo de resistência sozinhas. Parafraseando o provérbio africano que diz ser “*preciso de uma aldeia inteira para educar uma criança*”, são necessárias estratégias que partam de todos os setores e esferas da governança, para garantir a manutenção dos aspectos culturais dessas comunidades. Assim, dois setores principais da governança para o estabelecimento de uma conjuntura inclusiva desses povos, devem alicerçar este processo: a educação e a cultura.

As leis 10.639 e 11.645, promulgadas em 2003 e 2008 respectivamente, por exemplo, surgem como dispositivos que obrigam as escolas a incluírem o ensino da história e da cultura africana e afrobrasileira e indígena nos seus currículos, porém sem um trabalho de monitoramento sobre a aplicação dos referidos dispositivos, a estratégia jurídica não é garantida e problemas seculares como as diversas formas de racismo e a intolerância religiosa, continuam a fazerem parte desses espaços (BRASIL, 2003; 2008).

Neste ínterim, o uso de metodologias e estratégias didáticas que coadunem com as práticas exercidas no seio dessas comunidades tradicionais faz-se necessário para que haja a

garantia dos direitos estabelecidos na lei. Essas estratégias precisam fazer parte de todo currículo e vivenciadas não apenas na sala de aula por professores e estudantes, mas por toda a comunidade escolar, em todos os níveis, espaços, formatos e modalidades da educação.

Sugere-se que a efetivação da Lei 10.639/2003 se dê, dentre outras estratégias, na implementação de ações que levem as escolas a pensarem as práticas de ensino numa perspectiva da pedagogia griô, a partir de organização de projetos trans e interdisciplinares. Essas propostas devem ultrapassar os muros institucionais e alcançar autores presentes na comunidade em atividades como rodas de conversa, entrevistas aos moradores mais velhos, sessões de contação de histórias com a participação desses moradores, uso de artefatos ou produtos artesanais da comunidade na decoração do ambiente escolar e principalmente, valorização da ancestralidade em todo o processo, de modo que todos ali sintam-se pertencentes a uma comunidade e território, cujo seus membros compartilhem de uma mesma cultura.

Muitos projetos sociais, principalmente ligados à educação não-formal e de comunidades quilombolas, buscam estar mantendo sempre viva a ideia de que há a necessidade de valorização das tradições orais, não apenas no tocante aos ideários de organização social, mas principalmente de formação de pessoas para serem inseridas na sociedade. O Projeto Grãos de Luz e Griô, por exemplo, com sede e ações no município de Lençóis, na Chapada Diamantina, Bahia, tem na sua diversidade de atividades, a proposta pedagógica de ensinar a partir da filosofia presente nas tradições africanas, buscando em tese, a formação social, ambiental e cultural de crianças, jovens e adultos para o reconhecimento da oralidade como base para as suas relações sociais.

Neste projeto, valores que qualificam a vida, como por exemplo, o respeito aos mais velhos, posto que é ensinado que na vivência se adquire experiências e estas devem ser compartilhadas principalmente com os mais novos, de modo a promover a reprodução desse modo de vida.

Paralelo a isso, no setor cultural, há a necessidade de abertura de espaços como audiências públicas para que as culturais populares e tradicionais sejam percebidas, assim como as vozes dos povos de terreiro, que são patrimônios vivos da cultura imaterial, sejam ouvidas. Uma possibilidade que aqui surge como recomendação, é o uso para esse fim, da Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), base para a criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC, assim como dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), instituída pela Lei nº 14.399 de 2022. Esse último dispositivo trata-se de uma política voltada a apoiar de

forma contínua os agentes culturais, com repasses financeiros destinados a todas as esferas da administração pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história dos povos africanos no Brasil se deu através de fortes traços de preconceitos em vários sentidos. No tocante à manifestação de suas tradições, em especial das tradições orais, tiveram na manutenção da memória, uma forma singular de resistência, haja vista a necessidade da manutenção dos traços identitários referentes aos seus modos de conceber a vida.

Portanto, há de se considerar a força da oralidade africana e afro-brasileira, pois, séculos de negação podem ter sido suficientes para o estabelecimento das diversas formas de preconceito, mas não para as diversas estratégias de superação. A prova disso é o fato de que até hoje, mesmo sem o devido reconhecimento, o hábito de contar histórias povoa o cotidiano de muitos mestres, ao mesmo tempo em que alimenta o imaginário de crianças, jovens e adultos de muitos povos de comunidades tradicionais, garantindo a manutenção da memória numa perspectiva coletiva.

Enfim, a governança tem a obrigação de atrelar o seu papel enquanto gestão pública e agente dotado de poder de decisão, principalmente no âmbito da educação e da cultura, com as ações que já são presentes nessas comunidades por meio de seus líderes e agentes culturais ligados à oralidade. Isso para que haja uma garantia da continuidade e consequentemente da preservação desses costumes, uma vez que se constituem como tradições de matriz africana e precisam ser mantidas na memória do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia e quilombo: territórios étnico africanos no Brasil. In: *Africana Studia*. n. 9. p. 337-355. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), 2006.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei 11.645 de 10 de março de 2008*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que



estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010*. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022*. Institui a política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Brasília: Diário Oficial da União, 08 de jul. 2022.

CASTRO, Yeda Pessoa de. “As vozes do saber”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, v. 103, Salvador, 2008, p. 13-24.

ESVAEL, Eliana Vasconcelos da Silva; GOMES, Maria José Davi; LUCENA, Josete Marinho de. Tradição oral: inclusão dos mitos e lendas locais nas salas de aula da EJA. In: *DLCV*, João Pessoa, PB, v. 18, p. e022010, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/article/view/65248>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo, Vértice, 1990.

NUNES, Ronayre. Entenda o movimento griô e a importância da ancestralidade na cultura. *Correio Brasiliense*, Brasília, 12 dez. 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/12/12/interna_diversao_arte,724615/conheca-o-movimento-grio.shtml>. Acesso em: 03 jul. 2025.

ONG, Walter Jackson. *Oralidade e pensamento: a tecnologização da palavra*. Nova Iorque: Routledge, 1982.

PINHO, Adeílato Manoel. A margem e o outro, retratos de índios no romantismo. In: *Instrumento - Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG – v. 10, p. 37-44, jan./dez. 2008.

SANTOS, Deoscóredes Maximiliano dos. *Contos negros da Bahia e contos de Nagô*. Salvador: Editora Corrupio, 2003.

SOUZA, Florentina; NAZARÉ, Maria (org.). *Literatura afro-brasileira*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

UNESCO. *Texto básico da convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. 32ª sessão. (Edição 2024). Paris: UNESCO, 2003.